

8 ABR 1989

Ninguém duvidava de que os ilustres membros do Congresso Nacional detestam assumir decisões impopulares, mesmo que consentâneas aos mais elevados interesses do País. Sob os efeitos das manifestações ruidosas das galerias, a favor ou contra determinado projeto, muitas vezes se assistiu no plenário do Legislativo brasileiro a notórias capitulações, como se fosse imperdoável aos detentores de mandato popular desagradar aos mais próximos, mesmo que em razão de direitos e necessidades de vastas maiorias. Enfim, ter a responsabilidade de optar pelo melhor que é *aparentemente ruim*, nunca foi o forte de nossa classe político-parlamentar.

Nunca antes, entretanto, houve tamanho *recibo passado* da submissão do Congresso aos designios da demagogia populista, como nesta quarta-feira, quando foi mantido o veto do presidente Sarney ao projeto de aumento do salário mínimo. O mesmo Congresso que deliberou elevar o salário mínimo de NCzs 63,00 para NCzs 139,19 decidiu respeitar a decisão do presidente da República

Recibo passado da demagogia

que o fazia voltar ao valor anterior.

Qual a razão da súbita mudança de opinião? Talvez o conhecimento de fatos novos ou de novos e irresponsáveis argumentos desenvolvidos pelo Planalto? Talvez alguns estudos mais aprofundados sobre a matéria? Nada disso. É que quando aprovou a elevação do salário mínimo o Congresso votou a descoberto; e quando, logo depois, aprovou o rebaixamento do mínimo ao nível anterior, o Congresso fez votação secreta.

Isso significa que este Congresso, na medida em que os nomes de seus membros sejam identificados perante a opinião pública numa votação — seja de grande relevância ou não, tanto faz — pode aprovar qualquer coisa que, aparentemente, *agrada* as galerias ou alguns setores influentes da sociedade. Lembremo-nos, a propósito, de que no caso da manutenção do veto de Sarney um dos setores muito influentes para a decisão dos congressistas foi o de suas mulheres, que não se conformavam em majorar naquela proporção o salário de suas empregadas domésticas.

Mas se esse Congresso pode

ser *nominalmente* irresponsável, também pode ser *secretamente* responsável! Quer dizer, nossos parlamentares podem não ter coragem de defender o interesse público real em *público*, mas podem fazê-lo escondido... É evidente, então, que na impossibilidade de o Legislativo brasileiro ousar implantar medidas necessárias e populares, com transparência deliberativa, a melhor solução será fazer com que todas as votações no Congresso sejam secretas.

Na base desse profundo receio que têm os parlamentares de adotar medidas *impopulares* está o entendimento de que o eleitorado sempre julga tudo superficialmente, pelas aparências. Se fosse o caso, por exemplo, de medidas de contenção e austeridade destinadas a impor sacrifícios hoje para benefício do País em futuro próximo, dificilmente nossos parlamentares aceitariam a hipótese de que o eleitorado é capaz de aceitar sacrifícios, desde que esteja convencido dos posteriores benefícios. Quer dizer, os parlamentares julgam o eleitorado sempre imediatista, superficial e imaturo, razão por que costumam optar por aquelas soluções que

Congresso novo

pareçam melhores, embora não o sejam, certamente.

Em virtude dessa mentalidade é que, aproveitando-se dos poderes a ele conferidos pela nova Constituição, o Legislativo ressuscita estatais ociosas extintas pelo governo, impede a dispensa de funcionários desnecessários e tudo o mais que faça o Executivo para conter gastos, diminuir o *déficit* e em consequência a inflação. Torna-se, assim, o Legislativo, uma espécie de Poder Gastador, sem maiores responsabilidades quanto à existência ou não dos recursos que aloca para isto ou aquilo.

Já muito se comenta o fato de vivermos uma situação de hibridismo, em que uma Constituição tipicamente parlamentarista se sobrepõe a um regime de governo presidencialista. Se somarmos a essa distorção o sistema de votações com identificação dos parlamentares, pode chegar o momento de se tornar muito difícil, quase impossível, o governo comandar a administração do País. Neste caso, a adoção sistemática de votações secretas no Congresso pode mitigar a fase de ingovernabilidade que o País atravessa.